



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INGRESSANTES DA UFV CRP:
DEMOCRATIZAÇÃO OU ELITIZAÇÃO?**

Sinara Nogueira De Souza, Rosiane Maria Lima Gonçalves

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INGRESSANTES DA UFV-
CRP:
DEMOCRATIZAÇÃO OU ELITIZAÇÃO?**

Resumo:

As políticas públicas de democratização do ensino superior trouxeram grande avanço para a inclusão nas universidades das classes historicamente excluídas. No entanto, ainda estamos longe de considerar o ensino superior no Brasil democratizado, visto a elitização presente em determinados cursos. Perante o exposto, o artigo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa - campus Rio Paranaíba, a fim de verificar se existe uma tendência de elitização ou democratização nos cursos ofertados na universidade. Os cursos foram ranqueados de acordo com o retorno econômico gerado e classificados como alto, médio ou baixo prestígio. Em seguida foi realizado o cruzamento entre os cursos e os dados dos estudantes. Os resultados mostraram que, embora o acesso à universidade tenha se tornado mais democrático para as classes mais pobres, ainda há predominância das classes mais ricas nos cursos de maior prestígio. Mesmo que o ensino superior no Brasil esteja mais acessível para todas as camadas, ainda não se pode considerar como sendo algo democrático.

Palavras-chave: *Elitização. Ensino superior. Democratização. Desigualdade.*

**ANALYSIS OF THE SOCIOECONOMIC PROFILE OF UFV-CRP FRESHMEN:
DEMOCRATIZATION OR ELITIZATION?**

Abstract:

Public policies for the democratization of higher education have brought great advances towards the inclusion of historically excluded classes in universities. However, we are still far from considering higher education in Brazil democratized, given the elitism present in certain programs. Therefore, this article aimed to analyze the socioeconomic profile of undergraduate students at the Federal University of Viçosa - Rio Paranaíba campus, in order to verify whether there is a tendency towards elitism or democratization in the programs offered at the university. The programs were ranked according to the economic return generated and classified as high, medium or low prestige programs. Next, the data from the students were crossed with the data from the programs. The results demonstrated that, although access to university has become more democratic for the poorer classes, the richer classes still have predominance in the most prestigious programs. Although higher education in Brazil is more accessible to all classes, so far it cannot be considered democratic.

Keywords: *Elitization. University education. Democratization. Inequality.*

Introdução:

A desigualdade é umas das características mais marcantes da estrutura da sociedade brasileira, não sendo relacionada apenas com a distribuição de renda, mas também desigualdade de raça, gênero, classe, participação, entre outras (SCALON, 2011). É inegável a importância de se falar em desigualdade levando a questão renda em consideração, dada a necessidade da população de acesso a bens e serviços e a direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado como a educação. Permitir a prevalência de um sistema desigual de educação no Brasil retira da população oportunidades de maior alavancagem, mantendo assim, a pobreza (CAMPELLO et al., 2018).

O ensino superior no Brasil desde sua consolidação nas décadas de 1960 e 1970 traz em seu cerne a desigualdade de acesso, dividindo-se em dois grupos, os das instituições públicas de grande prestígio e difícil acesso e as instituições privadas com um acesso mais facilitado. Em ambos os casos os estratos superiores e médios eram em sua maioria preponderantes (SILVA, 2011; SALATA, 2018).

Tornar o ensino superior mais acessível a todas as camadas permite que aqueles inseridos nos grupos menos privilegiados possam diminuir as desvantagens sofridas. É necessário que haja ampliação no número de cursos e vagas ofertadas decorrente do aumento de instituições de ensino disponíveis. No entanto, parte-se da realidade de que “os diferentes diplomas não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados” (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019, p.196). Ocorre uma oposição entre os cursos de maior prestígio e os de menor prestígio, tendo assim uma hierarquia de cursos no país (VARGAS,2010). Dessa forma, existe desigualdade tanto no acesso às instituições quanto no retorno econômico gerado por cada curso superior, evidenciando o quanto a desigualdade se perpetua nos grupos sociais (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

Estudos realizados já evidenciaram a desigualdade na escolha de instituições de ensino superior e de cursos de graduação. Nonato (2018) afirma em seu estudo que as universidades públicas as quais concentram cursos mais seletivos e prestigiosos, historicamente foram preenchidas pela elite. Dessa forma, tradicionalmente a elite brasileira direciona seus filhos para alternativas de cursos alinhados às profissões de maior retorno econômico e na escolha de universidades de ponta.

Neste contexto, o artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre a nota de corte, características socioeconômicas e a escolha do curso dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) visando identificar se existe um padrão socioeconômico de estudantes por curso. Para alcançar o objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos: 1- Identificar o perfil socioeconômico dos graduandos dos cursos de graduação ofertados no campus Rio Paranaíba da UFV; 2- Estratificar os cursos por prestígio social; 3- Identificar se há uma relação entre a renda dos estudantes, nota de corte e curso escolhido.

Espera-se que esta pesquisa traga uma contribuição para o debate público sobre as políticas de ações afirmativas, levando conhecimento da realidade a fim de servir como parâmetro para possíveis ações de inclusão e programas de retenção de jovens com baixo perfil socioeconômico nas instituições federais de ensino (IFES). Assim o tema deste trabalho se mostra relevante, pois estudar a realidade social e econômica dos jovens universitários auxilia no entendimento da composição e distribuição desse público diante dos programas que facilitam o acesso à universidade, subsidiando a formulação e o planejamento destas políticas públicas.

Fundamentos Teóricos

Surgimento e expansão do ensino superior

O ensino superior no Brasil se deu com a chegada da família real no país, em 1808, trazendo a abertura de cursos nas áreas de medicina, direito e engenharia, sendo cursos de natureza profissionalizante e um modelo de instituto isolado criados para atender aos interesses da aristocracia que não possuíam acesso às academias da Europa (BORGES, 2018; BORTOLANZA, 2017). Este ensino, que era centralizado nas esferas públicas, só foi descentralizado em 1891 permitindo a criação de universidades privadas (MARTINS, 2002; SILVA, 2011). Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas de ensino superior (MARTINS, 2002; SAMPAIO, 1991).

Em 1931, durante o governo Getúlio Vargas, uma ampla reforma educacional no país foi promovida, autorizando e regulamentando as universidades e permitindo a cobrança de anuidade. Entre o período de 1945 e 1964 o avanço do processo de industrialização e assim o surgimento de novos empregos trouxe para a população, especialmente da classe média, a percepção de que a possibilidade de ascensão social se daria por meio de qualificação. Dessa forma, movimentos estudantis reivindicaram a

ampliação de um ensino superior gratuito e de boa qualidade, mais democratizado e com acesso vasto (CISLAGHI, 2019; MARTINS, 2002; SILVA, 2011).

Com a alta demanda por vagas, o sistema de ensino ficou incapaz de atender às solicitações, sendo necessário uma reforma universitária, a qual ocorreu em 1968 (CUNHA 1983 APUD SILVA 2011, P.56). Segundo Martins (2009) a reforma modernizou e expandiu as instituições públicas, principalmente as universidades federais, no entanto, não conseguiu atender de forma satisfatória a demanda de acesso, assim abriu condições para o fortalecimento do ensino superior privado. Para Silva (2011) o setor privado era voltado para uma formação mais rápida e profissionalizante, eram instituições voltadas para o lucro e com baixa qualidade de ensino, dessa forma seu papel era atender a demanda do mercado de trabalho, expandindo o ensino superior. O ensino de qualidade, seria ofertado pelas instituições públicas que formariam a elite para ocupar os cargos de maior prestígio.

Políticas Educacionais De Democratização Da Educação

A história evidencia um Brasil marcado pela desigualdade, com um ensino superior público que atendia apenas a uma parte da população, restringindo uma minoria como pretos e pessoas de baixa renda de seu acesso, fazendo, portanto, com que muitos daqueles que almejavam o acesso à educação superior só o conseguissem por meio de instituições privadas.

Políticas públicas vieram para auxiliar a formação de indivíduos, incentivando desde a introdução no ensino básico, a permanência até a conclusão do ensino médio (KARRUZ, 2018). Posteriormente políticas voltadas para a educação superior também foram desenvolvidas a fim de minimizar as distorções no acesso e permanência decorrentes das desigualdades socioeconômicas.

A educação superior no Brasil desde sua criação no período real foi reservada para atender os anseios da elite - brancos, ricos que detinham o poder político da época- exercendo seu controle sobre a massa da população, negros e brancos pobres. As relações de dominação entre as elites e a burguesia brasileira permaneceram após a independência, a composição dessas classes ainda muito se assemelham com a época colonial e as vantagens das elites ainda é vista nos dias atuais (MACHADO,2017).

As políticas trouxeram de fato oportunidade de acesso às classes mais desfavorecidas – pobres, negros e pessoas de regiões em vulnerabilidade –, no entanto,

ainda se percebe que o acesso ocorre de maneira hierárquica. Estudantes de classe baixa que cursam todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas enfrentam barreira de acesso à universidade pública dada a precariedade do ensino ofertado. Dessa forma, as vagas nas instituições públicas ficam destinadas àqueles estudantes com maior preparação, ou seja, estudantes com maior renda e que tiveram oportunidade de possuir uma vida escolar em instituições privadas. Já para os estudantes pobres que querem cursar um ensino superior, tem como opção as universidades privadas, diante do acesso e diploma facilitado (TREVISOL; NIEROTKA, 2016).

A educação é vista como um dos meios de combater a pobreza e a desigualdade de oportunidades que atinge a sociedade. A conclusão do ensino superior se consolida ainda mais na melhora de oportunidades do indivíduo. No entanto o que se observa é que mesmo com tantas políticas a fim de tornar o acesso ao ensino superior mais acessível para as classes desfavorecidas, não podemos dizer que a educação no Brasil é democratizada, tendo em vista que o ensino de qualidade atende em sua maioria aqueles com melhores condições socioeconômicas (OLIVEIRA, 2011).

Procedimentos Metodológicos

O estudo foi realizado na Universidade federal de Viçosa Campus de Rio Paranaíba, criada pela Resolução nº 08/2006, de 25 de julho de 2006 oriunda do processo de interiorização da universidade pública, a universidade conta com 10 cursos de graduação com disponibilidade de 550 vagas anualmente (PSE/UFV, 2022). A população da pesquisa foram os estudantes ingressos exclusivamente pelo SISU/MEC dos dez cursos de graduação da UFV-CRP entre os anos de 2016 e 2020. A base de dados secundários foi fornecida pelo Registro Escolar da UFV-CRP.

Os dados coletados contêm informações sobre os estudantes de cada curso de graduação, sendo elas forma e nota de ingresso, modalidade inscrita, coeficiente de rendimento e informações socioeconômicas como cor, gênero, idade, estado/município de origem, renda familiar, escolarização dos pais e se cursou o ensino médio integralmente em escola da rede pública ou privada.

Como método de análise foi utilizada uma abordagem quantitativa por meio da estatística descritiva. Como os dados obtidos continham informações da renda familiar dos estudantes e não a renda per capita, conforme o critério utilizado pela lei nº 12.711 de reserva de vagas, para realizar a classificação socioeconômica dos alunos e definir

quem são de baixa renda foi necessário definir faixas de renda dos estudantes tomando como base a classificação adotada pela UFV e a classificação do IBGE. Assim, a variável renda foi classificada em 5 níveis, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Classificação da renda conforme faixa salarial

Faixa Salarial	Classe	Classificação
Até 3	D/E	5
Entre 3 e 5	C2	4
Entre 5 e 10	C1	3
Entre 10 e 20	B	2
Acima de 20	A	1

Fonte: Elaborado pela autora

Para estratificação dos cursos considerados de alto, médio e baixo prestígio social foi considerado o retorno econômico de acordo com o salário médio de cada profissão, realizando um ranking das profissões mais bem remuneradas, dentre os cursos ofertados no campus de Rio Paranaíba, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Classificação dos cursos de graduação da UFV-CRP, conforme retorno econômico em 2022

Curso	Salário Médio	
Engenharia Civil	R\$ 8.355,09	ALTO RETORNO
Engenharia De Produção	R\$ 8.081,78	
Agronomia	R\$ 6.379,86	
Sistemas De Informação	R\$ 5.574,12	MÉDIO RETORNO
Química	R\$ 4.536,46	
Administração	R\$ 4.360,35	
Contábeis	R\$ 4.264,26	BAIXO RETORNO
Ciências Biológicas	R\$ 3.315,33	
Nutrição	R\$ 2.916,84	
Técnico De Alimentos	R\$ 1.936,37	

Fonte: Elaborado pela autora

Resultados

A amostra contava inicialmente com 7.954 observações e foi delimitada a partir da aplicação de filtros no banco de dados. Primeiramente foram excluídos todos os alunos ingressantes antes de 2016 e após 2020/1, uma vez que no segundo período de 2020 o país já vivia a crise causada pelo COVID19. Em seguida, foram excluídos todos

aqueles que não possuíam a informação da renda, modalidade de ingresso e aqueles cuja forma de ingresso não foi através do SISU. As variáveis analisadas foram renda, modalidade de ingresso, escolarização dos pais, origem escolar, cor e sexo. A variável escolaridade apresentou alunos que não informaram esse dado, por esse motivo houve uma discrepância no total de alunos ao analisar essa variável.

Ao analisar a relação curso e sexo dos estudantes, os dados evidenciaram que havia 53,9% dos estudantes homens e 46,1% mulheres. A educação superior que por muitos anos foi exclusiva para os homens ricos, vem se mostrando mais democratizada para todas as classes e gêneros. No entanto nota-se que as áreas de maior prestígio ainda são dominadas pelo sexo masculino (VENTURINI, 2017). Os dados do presente estudo evidenciaram que os cursos considerados de maior prestígio – engenharia civil, engenharia de produção e agronomia – eram predominantemente frequentados pelos homens, representando 55,5%, 53,8% e 76,4% respectivamente.

Em relação à idade de ingresso na universidade, no período analisado, do total de alunos que ingressou na universidade 59,9% tem até 20 anos. Ao analisar os cursos de maior prestígio, observou-se que no curso de agronomia (29,9%) engenharia civil (29,9%) e de produção (28%) ingressaram aos 19 anos. O número de alunos com mais de 25 anos nos cursos de maior prestígio na UFV-CRP é baixo. Nos cursos considerados de médio/baixo prestígio e de carga horária noturna, houve uma incidência maior em relação aos outros cursos, de alunos não tradicionais, que segundo Silva (2021) são aqueles com idade superior a 25 anos, que ingressam tardiamente na universidade, frequentam cursos de meio período e trabalham em período integral. Ao analisar os dados foi identificada essa tendência nos cursos noturnos de administração, ciências contábeis e sistemas de informação da UFV-CRP, que somados representam 56,8% do total de alunos com idade superior a 25 anos matriculados na universidade no período analisado. Em relação à raça/ etnia observou-se, o predomínio de pessoas declaradas brancas (50,5%), seguido de pardos (36,9%), pretos (10,1%) amarelo (2,1%) e indígenas (0,3%).

Em todos os cursos esse comportamento se repetiu, com a predominância de alunos brancos. Nos cursos de maior prestígio, a quantidade de alunos pretos e pardos somados não ultrapassou o número de alunos brancos, já no curso de menor prestígio, ao somar o número de alunos pretos e pardos identificou-se que estes representam mais da metade dos alunos ingressos nos cursos. O curso de maior prestígio engenharia civil possuía 43,4% de alunos pretos e pardos e 53% brancos. Já o curso de menor prestígio

ciência e tecnologia de alimentos tinha 54,8% de alunos pretos e pardos contra 43,6% de alunos brancos.

Ao analisar cor e renda, verificou-se que dos estudantes cuja a renda mensal estava no estrato mais alto, 68,6% eram brancos contra 28,6% de pretos e pardos, os quais representavam a maioria quando analisado o grupo de estudantes com renda mais baixa, perfazendo um total de 53,8% contra 43,7% dos estudantes brancos.

Origem escolar, renda e nota de ingresso

A maior parte dos alunos matriculados na universidade em todos os cursos possuía renda de até 3 salários mínimos, conforme Tabela 1, o que mostra o impacto positivo das políticas de democratização do ensino superior que inseriu nas IES as populações marginalizadas. Ao avaliar o estrato de maior nível de renda desse estudo, acima de 20 salários, 57,1% estavam matriculados nos cursos de alto prestígio – agronomia, engenharia civil e de produção – e apenas 24,4% dos alunos de baixa renda estavam inseridos nesses cursos. Os alunos de renda mais baixa, em sua maioria, estavam matriculados nos cursos de menor prestígio. Administração e ciências contábeis, ambos do turno noturno, representavam 22,9% dos alunos de classe D/E, o que pode ser decorrente do fato destes alunos terem necessidade de trabalhar para se sustentar.

Os dados da nota do Enem foram relacionados com a renda e o curso dos estudantes. Dos alunos da classe D/E 43,3% obtiveram notas de ingresso entre 524,24 e 593,13 pontos no Enem. Já 68,5% dos alunos com renda superior a 20 salários-mínimos possuíam nota de ingresso entre 593,13 e 662,02 pontos. Dos alunos matriculados no curso de maior prestígio 55,1% atingiram notas de ingressos entre 627,58 e 696,47 pontos. Já no curso de menor prestígio do campus, a nota de ingresso estava entre 489,80 e 593,13 pontos. Os dados reforçam o quanto a precariedade do ensino público primário interfere no ingresso do aluno de baixa na renda na universidade, estes que não possuem desempenho equivalente aos alunos com boas condições socioeconômicas e que cursam o ensino básico, na maior parte das vezes, em escolas privadas.

Tabela 1: Classificação da renda e curso dos estudantes da UFV-CRP ingressantes entre 2016 e 2020

		Classificação da renda						
		A	B	C1	C2	D/E	Total	
Curso	Administração Integral	Freq.	3	6	39	45	169	262
		% curso	1,1%	2,3%	14,9%	17,2%	64,5%	100,0%
		% renda	8,6%	7,0%	8,7%	7,5%	9,7%	9,0%
	Administração Noturno	Freq.	2	2	31	47	201	283
		% curso	0,7%	0,7%	11,0%	16,6%	71,0%	100,0%
		% renda	5,7%	2,3%	7,0%	7,8%	11,6%	9,7%
	Agronomia	Freq.	12	14	74	72	142	314
		% curso	3,8%	4,5%	23,6%	22,9%	45,2%	100,0%
		% renda	34,3%	16,3%	16,6%	12,0%	8,2%	10,8%
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Freq.	1	3	19	32	133	188
		% curso	0,5%	1,6%	10,1%	17,0%	70,7%	100,0%
		% renda	2,9%	3,5%	4,3%	5,3%	7,7%	6,5%
	Ciências Biológicas	Freq.	2	5	30	50	168	255
		% curso	0,8%	2,0%	11,8%	19,6%	65,9%	100,0%
		% renda	5,7%	5,8%	6,7%	8,3%	9,7%	8,8%
	Ciências Contábeis	Freq.	1	5	26	63	196	291
		% curso	0,3%	1,7%	8,9%	21,6%	67,4%	100,0%
		% renda	2,9%	5,8%	5,8%	10,5%	11,3%	10,0%
	Engenharia Civil	Freq.	4	13	57	63	144	281
		% curso	1,4%	4,6%	20,3%	22,4%	51,2%	100,0%
		% renda	11,4%	15,1%	12,8%	10,5%	8,3%	9,7%
	Engenharia de Produção	Freq.	4	10	71	56	138	279
		% curso	1,4%	3,6%	25,4%	20,1%	49,5%	100,0%
		% renda	11,4%	11,6%	15,9%	9,3%	7,9%	9,6%
	Nutrição	Freq.	2	8	19	35	108	172
		% curso	1,2%	4,7%	11,0%	20,3%	62,8%	100,0%
		% renda	5,7%	9,3%	4,3%	5,8%	6,2%	5,9%
	Química	Freq.	0	1	12	23	52	88
% curso		0,0%	1,1%	13,6%	26,1%	59,1%	100,0%	
% renda		0,0%	1,2%	2,7%	3,8%	3,0%	3,0%	
Sistemas de Informação Integral	Freq.	3	14	36	52	139	244	
	% curso	1,2%	5,7%	14,8%	21,3%	57,0%	100,0%	
	% renda	8,6%	16,3%	8,1%	8,7%	8,0%	8,4%	
Sistemas de Informação Noturno	Freq.	1	5	32	62	146	246	
	% curso	0,4%	2,0%	13,0%	25,2%	59,3%	100,0%	
	% renda	2,9%	5,8%	7,2%	10,3%	8,4%	8,5%	
Total	Freq.	35	86	446	600	1736	2903	
	% curso	1,2%	3,0%	15,4%	20,7%	59,8%	100,0%	
	% renda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Registro escolar UFV-CRP. Elaborado pela autora.

Ao realizar a comparação entre a origem escolar e o curso dos estudantes, notou-se que o maior número de matrículas foram provenientes de escolas públicas (77,9%) e dentre os 22,1% dos alunos vindos de escolas privadas, 46,4% estão nos cursos de maior prestígio social. Enquanto no curso de engenharia civil o número de alunos advindos de escola privada chega a 32,2%, no curso de menor prestígio, ciências de alimentos, esse número é de apenas de 18,0%. Segundo Oliveira e Silva (2018),

historicamente há uma diferença entre o ensino público com o privado, dado pela infraestrutura, corpo docente, método de ensino, projeto pedagógico que se diferencia entre os dois sistemas. Assim, dada a diferença na qualidade de ensino, justifica-se o fato de que alunos que possuem condição de frequentar escolas particulares apresentem um desempenho superior no Enem aos alunos oriundos de escolas públicas.

Renda e escolarização dos pais e mães

Ao analisar a renda e o nível de escolaridade dos pais, foi possível observar que para alunos cuja renda familiar era acima de 20 salários mínimos a incidência de pais com pós-graduação era de 25,7%. Dos alunos de baixa renda 40,3% possuíam pais com fundamental incompleto e apenas 1,3% tinha pais com pós graduação. Alunos cujos pais possuíam apenas o ensino fundamental incompleto além de pertencerem, em sua maioria (79,4%), às classes D/E, estavam em maior número nos cursos de administração (integral e noturno) e ciências contábeis, representando respectivamente, 22,4% e 13,1%.

No caso das mães dos estudantes 59,8% pertenciam à classe D/E e 30,4% dessas mães possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, com filhos concentrados, em sua maioria, nos cursos de administração (integral e noturno) e ciências contábeis, representando respectivamente 22,3% e 14,5%. Nas famílias em que a renda estava acima de 20 salários mínimos, 31,4% das mães possuíam pós graduação, frente a 3,8% nas famílias de baixa renda.

Ao analisar os pais e mães com pós graduação foi possível observar a maior incidência de alunos em que os pais possuem esse nível de escolaridade nos cursos de maior prestígio. Também identificou-se que foi maior o número de mães com nível de escolaridade superior ao dos pais, o que corrobora os resultados da pesquisa Andifes que afirma que estudantes do sexo feminino superam o sexo masculino nas instituições de ensino federais, em 2019 o número de mulheres que concluíram o ensino superior foi de 43% contra 35% dos homens, segundo dados do Inep (2019). No entanto, pode-se deduzir que o fato dessas mães com ensino superior ainda assim estarem enquadradas no nível baixo de renda se deve ao fato da desigualdade salarial entre homens e mulheres. De acordo com Feijó, França e Neto (2022), quanto maior o nível de escolaridade, maior a tendência de o indivíduo possuir uma melhor renda, uma vez que a educação propicia uma vantagem no mercado de trabalho. Dessa forma, aqueles

alunos provenientes de famílias que possuem melhores condições financeiras, como pode ser observado nos dados do presente estudo, tendem a ter desempenho superior no exame do ensino médio. Esse resultado pode ser decorrente da possibilidade desses alunos terem cursado o ensino médio em escolas privadas, já que pais instruídos geralmente possuem maior renda e um menor número de filhos e dessa forma os recursos familiares são melhores distribuídos na família.

Considerações Finais

Esse artigo se propôs a analisar o perfil socioeconômico dos alunos ingressantes entre 2016 e 2020 na UFV-CRP e identificar se existe um padrão socioeconômico de estudantes por curso. Ao traçar o perfil dos estudantes verificou-se que majoritariamente são compostos por homens, brancos, que ingressaram na universidade até os 20 anos de idade e que possuem renda familiar de até 3 salários mínimos. Os dados mostraram que nos cursos mais prestigiosos da UFV-CRP o perfil desses jovens foi, em sua maioria, de estudantes homens, brancos, que ingressaram na universidade aos 18 ou 19 anos com nota no Enem entre 593,13 e 662,02 pontos e são egressos de escolas privadas. Esses alunos são de famílias cujos pais possuíam maior nível de escolaridade. Ao avaliar a variável renda constatou-se que esses cursos são as opções mais escolhidas pelos estudantes da classe A.

Apesar de 50,5% dos alunos da universidade serem brancos, nos cursos menos prestigiosos foi encontrada maior concentração de estudantes pretos e pardos, prevalecendo alunos que ingressaram tardiamente na universidade, oriundos de escolas públicas e que possuíam nota de ingresso entre 489,80 e 593,13 pontos no Enem. Esses cursos foram as opções mais escolhidas pelos estudantes de classe de renda baixa e por estudantes cujos os pais possuíam menor nível de escolaridade.

Por meio desse estudo foi possível constatar que no campus estudado a política de reserva de vagas nas IES para pretos, pardos e indígenas foi um grande avanço para inclusão no ensino superior desse público que foi historicamente excluído da sociedade. No entanto, estudantes autodeclarados pretos estão mais presentes nos cursos menos seletivos da UFV-CRP e, mesmo assim, constituem minoria. As desigualdades impostas aos estudantes pretos da classe mais pobre, são ainda maiores que as enfrentadas pelos estudantes brancos e pobres. Além do preconceito com a cor, precisam superar as diferenças causadas pela má condição socioeconômica. Essa disparidade contribui para

que se perpetue a ocupação de cargos inferiores por pretos, sujeitos a salários menores, o que prejudica a ascensão social.

O fato de a maioria dos alunos ingressantes na universidade pertencerem a classe D/E, mostra o efeito positivo das políticas públicas voltadas para a inclusão dos alunos de baixa renda nas universidades, ainda que estes alunos muitas vezes sejam direcionados aos cursos menos privilegiados e que oferecem menor retorno econômico. Esses alunos com piores condições socioeconômicas geralmente não tiveram acesso a uma base escolar de qualidade que permitisse bom desempenho no exame do ensino médio. Assim, ingressar em um curso de menor prestígio e de menor seletividade acaba sendo a única opção para aqueles que almejam uma melhora na qualidade de vida por meio de um curso no ensino superior.

Boa parte dos estudantes da classe D/E possuem necessidade de trabalhar. Apesar dessa pesquisa não ter tido dados para analisar se esses estudantes tem ocupação profissional, sabe-se que muitos cursos de menor prestígio são de carga horária noturna, o que amplia o ingresso desses alunos. Dessa forma, os cursos mais disputados que oferecem retorno econômico maior e que são de período integral acabam sendo ocupados por alunos com boas condições socioeconômicas que possuem auxílio financeiro dos pais e/ou responsáveis.

Quando olhamos para a sociedade de 30 anos atrás, observamos que o acesso ao ensino superior no Brasil hoje se mostra muito mais democrático. Ainda assim, a universidade para muitos jovens é algo distante. Apesar das políticas de interiorização das universidades, ainda é grande o número de cidades não contempladas pelo ensino superior gratuito o que torna o acesso a essas instituições algo reservado àqueles com boas condições financeiras. A necessidade de trabalhar e o fato de não ter um amparo financeiro da família, retira desses jovens o sonho do curso superior. O sistema meritocrático de ingresso a essas instituições de ensino que concede a vaga àqueles com melhor desempenho, não leva em conta as condições desse aluno antes de realizar o exame.

Assim, os dados dessa pesquisa indicaram que na Universidade Federal de Viçosa - campus Rio Paranaíba o ingresso na instituição se mostra mais democratizado, resultado das políticas públicas de reserva de vagas. No entanto, ao analisar o perfil socioeconômico dos estudantes observou-se ainda a proeminência de uma elitização na universidade. Os cursos historicamente criados para atender a elite continuam sendo dominados por ela. A democratização se esconde por trás de uma política de reserva de

vagas, porém ainda há um negligenciamento das políticas públicas para a educação que a torna desigual e não permite dizer que ocorreu uma democratização efetiva no ensino superior brasileiro.

Referências

ANDIFES (BR). **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das ifes**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília. 2019

BORGES, Gabriela Fernanda Silva. **A Educação Superior no Brasil e a busca pela democratização: trajetória histórica até os tempos de Sisu**. Revista Evidência, v. 14, n. 14, 2018.

BORTOLANZA, J0uarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro—uma busca da origem até a atualidade**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Rio de Janeiro, v. 42, n. Especial 3, p. 54-66, novembro 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S305>. Acesso em: 04 dez. 2021.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil**. Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 1. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em: 05 dez. 2021.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT**. Ser social. Brasília, v. 21, n. 44, p. 134-151, janeiro a junho de 2019. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23485. Acesso em: 05 dez. 2021.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues; FRANÇA, João Mário Santos De; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues De. **Desempenho dos estudantes ao final do ensino médio: Mensurando a influência direta e indireta da educação dos pais**. Revista Brasileira de Economia, v. 76, p. 30-56, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20220003>. Acesso em: 16 jun.2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2019**. Brasília- DF. 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 05 jan.2022.

KARRUZ, Ana. **Oferta, demanda e nota de corte:** experimento natural sobre efeitos da lei das cotas no acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. Dados, v. 61, n. 2, p. 405-462, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018157>. Acesso em: 03 jan. 2022.

MACHADO, Laryssa. **Elites luso-brasileiras:** um diálogo entre as elites portuguesas, brasileiras e capixabas nos séc. XVI e XVII e a elite de Itapemirim-ES no séc. XIX. Anais da Semana de História, 2017.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 17, p. 04-06, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 20 dez.2021.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil.** Educação & sociedade, v. 30, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313703002>. Acesso em: 07 jan. 2022.

NONATO, Brésia França. **Lei de Cotas e Sisu:** análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais. Belo Horizonte.2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B5TGB6>. Acesso em: 07 dez.2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000200005>. acesso em: 05 de abril

SALATA, André. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas.** Redução nas desigualdades de acesso? Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. Acesso em: 05 dez 2021.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** NUPES– Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP–Universidade de São Paulo. Documento de trabalho, n. 8, 1991.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas:** notas para um debate. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SILVA, Adriana Souza. **A permanência do estudante não tradicional da Universidade Federal da Bahia.** Salvador. 2021

SILVA, Matheus Faleiros. **Expansão do ensino superior e diferenciação institucional:** uma análise comparativa do efeito dos modelos clássicos e vocacionais sobre o status operacional de seus egressos. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8TNNHH>. Acesso em 20 dez. 2021.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. **Os jovens das camadas populares na universidade pública:** acesso e permanência. Revista Katálysis, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>. Acesso em: 04 jan. 2022.

UFV. **EDITAL UFV/SISU Nº 08/2021/PRE.** Processo seletivo para ingresso nos cursos presenciais de graduação no primeiro semestre de 2022. Disponível em: <https://www2.pse.ufv.br/wp-content/uploads/2021/11/EDITAL-SISU-2022-aprovado-CEPE.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

VARGAS, Hustana Maria. **Sem Perder A Majestade:** “Profissões Imperiais” No Brasil. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>. Acesso: 07 dez. 2021.

VENTURINI, Anna Carolina. **A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade.** Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11, p. 1-15, 2017.